

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações financeiras
intermediárias em
31 de março de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração de resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed.The Office
88015-240 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia”), em 31 de março de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao mencionado no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direitos oriundos de contratos de concessão sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) o prazo remanescente do contrato de concessão. Até 31 de março de 2015 a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Conseqüentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada do período findo naquela data.



Conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Florianópolis, 21 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/03/2015	31/12/2014	Passivo	Nota	31/03/2015	31/12/2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	15.738.689	37.717.171	Fornecedores	10	135.425.059	129.446.842
Contas a receber de clientes	5	49.887.926	42.418.853	Obrigações sociais e trabalhistas		7.567.977	7.351.827
Tributos a recuperar	12	10.074.179	10.978.095	Obrigações tributárias	11	1.174.603	2.921.975
Estoques		2.002.879	1.823.835	Participação nos resultados		2.756.381	2.756.381
Outras contas a receber	6	1.976.942	1.675.988	Dividendos propostos	13	2.535.510	2.535.510
Despesas antecipadas		236.187	211.150	Juros sobre capital próprio	13	7.650.000	7.650.000
				Cauções em garantia	15	200.152	200.152
Total do ativo circulante		79.916.802	94.825.092	Provisão para contingências	14	989.223	994.747
				Total do passivo circulante		158.298.905	153.857.434
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Cauções em garantia	15	727.943	719.631
Contas a receber de clientes	5	62.274.593	56.288.941	Total do passivo não circulante		727.943	719.631
Tributos diferidos	7	2.351.727	1.530.098				
Tributos a Recuperar	12	977.416	1.425.498	Patrimônio líquido	16		
Adiantamento a fornecedores	8	42.933.079	38.575.569	Capital social		121.544.940	121.544.940
Depósitos judiciais		2.751.593	2.724.518	Reserva legal		24.308.987	24.308.987
		111.288.408	100.544.624	Reserva Estatutária		11.695.359	11.695.359
Investimentos		2.400	2.400	Reserva de retenção de lucros		58.967.378	58.967.378
Intangíveis	9	207.538.007	204.928.145	Prejuízo Acumulado		(6.004.427)	-
		207.540.407	204.930.545	Dividendos a disposição da AGO		29.206.532	29.206.532
Total do ativo não circulante		318.828.815	305.475.169	Total do patrimônio líquido		239.718.769	245.723.196
Total do ativo		<u>398.745.617</u>	<u>400.300.261</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>398.745.617</u>	<u>400.300.261</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	31/03/2015	31/03/2014
Receita líquida - Venda de gás	17 a	165.803.431	173.942.551
Receita de construção - CPC 17	17 b	<u>8.738.669</u>	<u>5.764.376</u>
		174.542.100	179.706.927
Custo dos produtos vendidos	18	(164.382.905)	(147.167.480)
Custo de construção - CPC 17	17 b	<u>(8.738.669)</u>	<u>(5.764.376)</u>
		(173.121.574)	(152.931.856)
Lucro bruto		1.420.526	26.775.071
Despesas operacionais			
Despesas de vendas		(2.192.554)	(2.582.000)
Despesas administrativas		(5.360.543)	(5.049.741)
Outros resultados operacionais		<u>(901.192)</u>	<u>(1.680.467)</u>
		(8.454.289)	(9.312.208)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(7.033.763)	17.462.863
Receitas financeiras		731.441	560.781
Despesas Financeiras		<u>(523.733)</u>	<u>(51.472)</u>
		207.708	509.309
Resultado operacional antes dos impostos		(6.826.055)	17.972.172
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(6.805.916)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>821.628</u>	<u>679.335</u>
(Prejuízo) lucro líquido do período		<u>(6.004.427)</u>	<u>11.845.591</u>
(prejuízo) lucro por ação		(0,5586)	1,1020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em Reais)

	31/03/2015	31/03/2014
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(6.004.427)	11.845.591
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(6.004.427)</u></u>	<u><u>11.845.591</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findo em 31 de março de 2015 e 2014.

(Em Reais)

	Reservas de lucros							Total
	Capital Social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Reserva especial dividendos	Prejuízos acumulados	Dividendos à disposição da AGO	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.987</u>	<u>-</u>	<u>48.264.600</u>	<u>5.642.690</u>	<u>-</u>	<u>22.398.138</u>	<u>222.159.355</u>
Lucro do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.845.591</u>	<u>-</u>	<u>11.845.591</u>
Saldos em 31 de março de 2014	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.987</u>	<u>-</u>	<u>48.264.600</u>	<u>5.642.690</u>	<u>11.845.591</u>	<u>22.398.138</u>	<u>234.004.946</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.987</u>	<u>11.695.359</u>	<u>58.967.378</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.206.532</u>	<u>245.723.196</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.004.427)</u>	<u>-</u>	<u>(6.004.427)</u>
Saldos em 31 de março de 2015	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.987</u>	<u>11.695.359</u>	<u>58.967.378</u>	<u>-</u>	<u>(6.004.427)</u>	<u>29.206.532</u>	<u>239.718.769</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em Reais)

	31/03/2015	31/03/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do período	(6.004.427)	11.845.591
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Amortização	6.573.184	6.838.597
Constituição de provisão para contingências passivas	(5.524)	842.861
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	189.565	1.138.118
Constituição de provisão de fornecedores	-	456.402
Apropriação de funcionários cedidos	137.597	137.597
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(821.628)	(679.335)
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	5.987.639	(6.321.261)
Baixa bens do intangível	-	1.619
	<u>6.056.406</u>	<u>14.260.189</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(13.644.289)	(10.822.126)
Tributos a recuperar	1.351.998	5.206.629
Estoques	(179.044)	120.369
Adiantamentos a Fornecedores	(2.683.095)	(1.359.056)
Outras contas do ativo	(353.067)	2.680.133
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(1.683.837)	(2.987.093)
Obrigações tributárias	(1.747.371)	57.483
Imposto de renda e contribuição social	-	(226.781)
Obrigações sociais e trabalhistas	78.551	137.473
Cauções em garantia	8.312	7.582
	<u>(18.851.842)</u>	<u>(7.185.387)</u>
Caixa líquido (aplicado) gerado das atividades operacionais	(12.795.436)	7.074.802
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao intangível	<u>(9.183.046)</u>	<u>(6.516.961)</u>
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(9.183.046)	(6.516.961)
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes	(21.978.482)	557.841
Caixa e equivalentes no início do período	<u>37.717.171</u>	<u>48.288.507</u>
Caixa e equivalentes no final do período	<u>15.738.689</u>	<u>48.846.348</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia” ou “SCGÁS”), sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade, a todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Até março de 2015, foram distribuídos pela SCGÁS 155 milhões de metros cúbicos de gás natural¹. A partir das 9 unidades denominadas “ESTAÇÕES DE RECEBIMENTO-ER”, por meio de 1.089 Km de rede de distribuição.

No primeiro trimestre a Companhia continuou enfrentando as dificuldades decorrentes do forte aumento de 40% no custo de aquisição do Gás Natural boliviano, devido principalmente à alta das cotações do dólar, apesar da queda do petróleo no mercado internacional.

A instabilidade no ambiente regulatório se mantém neste primeiro trimestre, assim como aconteceu durante todo o exercício de 2014, impedindo que os repasses do aumento do custo de aquisição do gás às tarifas fossem realizados na medida necessária ao equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Tal situação requereu a suspensão da aplicação de uma importante política comercial de descontos da Companhia, o Plano de Fidelidade, que vigorou por mais de uma década, porém, alguns consumidores estão contestando judicialmente a referida suspensão e, com base em liminares, pagando as faturas com a aplicação dos descontos do Plano, depositando o valor controverso em juízo. Até março de 2015 o montante que deixou de ingressar no caixa da Companhia totalizou R\$ 60 milhões. As dificuldades vivenciadas lançam o desafio de se construir um ambiente de maturidade técnica no campo da regulação dos serviços concedidos de distribuição de gás em Santa Catarina.

Em 31 de março de 2015 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 78.382.103 (R\$ 59.032.342 em 31 de dezembro de 2014), impactado principalmente pelo valor a receber dos clientes que estão questionando a parcela do Plano de Fidelidade e que estão contabilmente classificado no Ativo não circulate. Para mitigar esse efeito, a diretoria aprovou no final de 2013 um plano contingencial para reverter a situação de capital circulante líquido negativo. A seguir seguem as principais ações que foram implementadas:

As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como metro cúbico ou km, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

- Renovação de cheque especial junto a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 20 milhões;
- Contratação de linha de crédito Cartão Corporativo no valor de R\$ 10 milhões junto ao Banco do Brasil;
- Tratativas junto ao BNDES para viabilizar os investimentos previstos em orçamento no montante de R\$ 26,8 milhões, com prazo para liberação dos recursos no primeiro semestre de 2015;
- Acompanhamento sistemático do orçamento.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A diretoria de administração e finanças da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em reunião realizada em 18 de maio de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber de clientes (PCLD)
- Nota 9 - Intangíveis
- Nota 14 - Provisão para contingências

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e das demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2014, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas. Essas demonstrações financeiras, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/15	31/12/14
Caixa	6.229	6.353
Bancos conta movimento	14.859.262	2.364.164
Aplicações Financeiras	17.041	35.254.057
Numerários em Transito	856.157	92.597
	<u>15.738.689</u>	<u>37.717.171</u>

O saldo dos bancos conta movimento têm por objetivo o pagamento das faturas de gás natural com vencimento em meses subsequentes.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/03/15	31/12/14
Banco do Brasil	100% CDB	97% CDI	-	700.605
Caixa Econômica Federal	100% a 105% CDB Flex	99% CDI	17.041	34.553.452
			<u>17.041</u>	<u>35.254.057</u>

5 Contas a receber de clientes

	31/03/15	31/12/14
Circulante		
Distribuição de gás canalizado	48.606.172	40.135.551
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.776.780)	(1.587.215)
Parcelamento Clientes	4.124.759	4.949.711
(-) juros a transcorrer	<u>(1.066.225)</u>	<u>(1.079.194)</u>
	<u>49.887.926</u>	<u>42.418.853</u>
Não Circulante		
Distribuição de gás canalizado	62.274.593	56.110.611
Parcelamento Clientes	-	412.476
(-) juros a transcorrer	<u>-</u>	<u>(234.146)</u>
	<u>62.274.593</u>	<u>56.288.941</u>

(i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de março de 2015, segregado pela faixa de idade dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes - Circulante	49.756.962	1.149.126	-	535.683	1.289.160	52.730.931
Cientes - Não Circulante	<u>1.726.487</u>	<u>6.058.046</u>	<u>6.913.295</u>	<u>12.785.381</u>	<u>34.791.384</u>	<u>62.274.593</u>
	<u>51.483.449</u>	<u>7.207.172</u>	<u>6.913.295</u>	<u>13.321.064</u>	<u>36.080.544</u>	<u>115.005.524</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.587.215
Provisão constituída no período	<u>189.565</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>1.776.780</u>

(ii) Plano fidelidade

O valor reclassificado para o ativo não circulante no montante de R\$ 62.274.593 refere-se a títulos a receber de clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis questionando a suspensão do plano de fidelidade, onde obtiveram, liminares que concedem o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, que representa em média um percentual de 11,7% da fatura total.

Apesar de haver algumas pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a SCGÁS receba integralmente os valores controversos e não pagos à Companhia em razão das liminares. Em fevereiro de 2015 houve uma audiência de conciliação, porém sem êxito de acordo a expectativa é que alguns processos sejam julgados em 1º grau ainda no primeiro semestre de 2015.

Com base no disposto acima, tais valores não foram tratados como inadimplência, e dessa forma não estão sendo provisionados.

6 Outras contas a receber

	31/03/15	31/12/14
Alugueis pagos antecipadamente	1.686.278	1.407.059
Adiantamentos diversos	280.628	258.892
Alienação em curso	10.036	10.036
	<u>1.976.942</u>	<u>1.675.988</u>

Os valores de outras contas a receber são decorrente de despesas com alugueis pagos antecipadamente.

7 Tributos diferidos

	31/03/15	31/12/14
Diferenças Temporárias		
Provisão para contingências passivas	336.336	338.214
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	604.105	539.653
Mudança critério Amortização	(385.194)	(394.837)
Provisão Variação Cambial Gás	1.393.043	591.859
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	374.537	455.209
Outras Provisões	28.900	-
	<u>2.351.727</u>	<u>1.530.098</u>

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$ 374.537 em 31 de março de 2015 (R\$ 455.209 em 31 de dezembro de 2014) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

8 Adiantamentos a fornecedores

O montante de R\$ 42.933.079 (R\$ 38.575.569 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a diferença entre os volumes de gás transportados e efetivamente distribuídos conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras.

De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m³. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não transportada poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

Ressalta-se que a Companhia faz de forma sistemática um acompanhamento das demandas de volumes objetivando a total recuperação do Ship Or Pay - SOP.

Movimentação do Ship or Pay

Saldo em 31 de dezembro de 2014	38.575.569
(+) Adições	2.683.095
(+) Atualização	1.674.415
Saldo em 31 de março de 2015	42.933.079

A previsão para início da compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta conforme o quadro abaixo.

Recuperação SOP SOP ac. - m ³	m ³ Volume	Data Projeção Recuperação	Período de recuperação Período
Ano 8 - Abr/07 a Mar/08	70.206.398	Jan/15 a Mar/17	mar/18
Ano 9 - Abr/08 a Marc/09	27.196.549	Mar/17 a Ago/17	mar/19
Ano 10 - Abr/09 a Mar/10	43.299.567	Ago/17 a abr/18	mar/20
Ano 11 - Abr/10 a Mar/11	36.187.455	Mai/18 a out/18	mar/20
Ano 12 - Abr/11 a Mar/12	20.394.065	out/18 a mar/18	mar/20
Complementar 2011/2012	264.182	out/18 a mar/18	mar/20
Ano 13 - Abr/12 a Mar/13	22.170.431	Mar/19 a Jul/19	mar/20
Ano 14 - Abr/13 a Mar/14	14.250.342	Jul/19 a Out/19	mar/20
Ano 15 - Abr/14 a Mar/15	34.495.529	Set/19 a Mar/20	mar/20
Total a recuperar	<u>268.464.518</u>		

9 Intangíveis

	Taxa anual de amortização	31/03/15	31/12/14
Terrenos	-	387.990	387.990
Tubulações	10%	351.917.611	347.666.635
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	68.518.870	67.902.951
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.545.594	1.532.910
Sistemas e equipamentos de informática	10%	3.838.492	3.719.393
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	571.157	570.317
Sistema de gestão	10%	1.318.871	1.318.871
Software	10%	1.562.121	1.562.121
Intangível a amortizar	-	67.053.698	62.870.170
		<u>496.714.404</u>	<u>487.531.358</u>
(-) Amortização acumulada		<u>(289.176.397)</u>	<u>(282.603.213)</u>
		<u>207.538.007</u>	<u>204.928.145</u>

A movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de março de 2015 se deu como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 31/03/2015
Terrenos	387.990	-	-	-	-	-	387.990
Tubulações	124.875.826	-	-	(466)	4.251.440	(5.600.760)	123.526.040
Aparelhos, máquinas e equipamentos	13.760.799	281.805	-	(404)	334.519	(863.389)	13.513.330
Equipamentos e móveis administrativos	469.812	12.684	-	-	-	(26.597)	455.899
Sistemas e equipamentos de informática	1.513.429	119.099	-	-	-	(54.028)	1.578.500
Benfeitorias em imóveis de terceiros	303.448	840	-	-	-	(11.119)	293.169
Sistema de gestão	311.334	-	-	-	-	-	311.334
Software	435.339	-	-	-	-	(17.291)	418.048
Intangível a amortizar	62.870.168	8.826.605	(57.117)	-	(4.585.959)	-	67.053.697
	<u>204.928.145</u>	<u>9.241.033</u>	<u>(57.117)</u>	<u>(870)</u>	<u>-</u>	<u>(6.573.184)</u>	<u>207.538.007</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculados à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa para distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens da concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o

prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994. Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude das taxas de amortização utilizadas, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 31 de março de 2015 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

10 Fornecedores

	31/03/15	31/12/14
Fornecedor de Gás - Petrobras	126.520.796	117.605.095
Fornecedores de materiais e serviços	8.904.263	11.841.747
	<u>135.425.059</u>	<u>129.446.842</u>

11 Obrigações tributárias

	31/03/15	31/12/14
Cofins a recolher	-	256.164
Pis a recolher	-	55.615
ICMS a recolher	1.019.899	1.050.111
Tributos Retidos Fonte	154.704	1.560.085
	<u>1.174.603</u>	<u>2.921.975</u>

12 Tributos a recuperar

Tributos a recuperar	31/03/15	31/12/14
PIS / COFINS a Recuperar	308.093	-
IRPJ antecipado	6.024.008	4.828.698
CSLL antecipado	445.642	2.715.526
ICMS a Recuperar	4.273.853	4.859.370
	<u>11.051.596</u>	<u>12.403.594</u>
Circulante	10.074.179	10.978.095
Não circulante	977.416	1.425.498
	<u>11.051.596</u>	<u>12.403.594</u>

Conforme descrito na nota explicativa nº 14 a Companhia reconheceu em 2014 créditos de ICMS sobre aquisição de ativo fixo.

13 Dividendos propostos a pagar

A Companhia possui provisionado o montante de R\$ 2.535.510, referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404/76. Abaixo segue a memória de cálculo:

Lucro do Exercício de 2014	40.702.041
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25%	10.185.510
Juros sobre Capital Próprio	<u>7.650.000</u>
Dividendos Propostos	<u><u>2.535.510</u></u>

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos civis, trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$ 989.223 (R\$ 994.747 em 31 de dezembro de 2014) que possuem risco de perda classificado como provável.

Causa	Civil	Trabalhista	Total
Provável	79.398	909.825	989.223
Possível	8.419.369	6.777.645	15.197.014
Remota	<u>11.753.895</u>	<u>110.500</u>	<u>11.864.395</u>
	<u>20.252.662</u>	<u>7.797.970</u>	<u>28.050.632</u>

O valor de R\$ 6.777.645, classificado como processo trabalhista e que possui probabilidade de perda possível na avaliação dos advogados refere-se a processo movido pelo Ministério Público do Trabalho contra a SCGAS por conta de verbas trabalhistas não pagas por um empreiteira contratada que abandonou canteiro de obras do ramal Serra Catarinense. A assessoria jurídica da SCGAS já ingressou com recurso junto a Justiça do Trabalho e aguarda a tramitação do processo. O valor de R\$ 8.419.369 e R\$ 11.753.895, classificados com processos civil e que possuem probabilidade de perda como possível e remota, respectivamente, referem-se principalmente por grupo de pessoas que ingressaram na justiça por conta de uma ação de danos materiais pelos danos causados em 2008 por uma explosão no gasoduto da TBG e que a SCGAS está arrolada no processo como co-responsável e por um cliente que está questionando a retirada do plano de Fidelidade, respectivamente.

15 Cauções em garantia

A SCGÁS por ser Companhia de economia mista tem por obrigação legal, Lei 8.666/96, reter valores relativos a garantias de propostas comerciais e garantias contratuais, 1% e 5%, respectivamente, do valor do contrato. Tais valores são depositados pelos fornecedores que participam e vencem os processos licitatórios, sendo tais valores devolvidos ao término do contrato corrigido monetariamente pelo INPC. Em 31 de março de 2015, o montante de R\$ 200.152 e R\$ 727.943 (R\$ 200.152 e R\$ 719.632 em 31 de dezembro de 2014) estão apresentados no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente.

16 Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2014), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1%
	3.583.167	7.166.330	10.749.497	100%

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e estatuto social da SCGÁS.

Em fevereiro de 2013 a Procuradoria do Estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a CELESC, entrou com uma ação contra a SCGAS, Petrobras, Mitsui Gás e Infragas questionando a transferência do controle acionário da SCGAS e o acordo de acionistas firmado em 1994. Em março de 2013 o judiciário concedeu liminar favorável a PGE. Entretanto a Mitsui e Petrobras ingressaram com agravo de instrumento pedindo a suspensão da liminar que foram deferidos. Atualmente o processo aguarda os julgamentos dos agravos interpostos.

a. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 2014 nenhum valor foi constituído, em função ao referido limite de 20% do capital social.

b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

c. Reserva estatutária

Em 28 de abril de 2014, via Assembleia Geral Ordinária realizada na Companhia criou a reserva estatutária destinada a retenção de parcela de lucro não realizado financeiramente decorrente da ação judicial em curso relativo ao plano de fidelidade, com conseqüente alteração do seu estatuto social. Tal reserva está limitada a 50% do valor do capital social e será realizada quando do transito em julgado da referida ação judicial.

d. Dividendos a disposição da AGO

Saldo referente ao resultado do período findo em 31 de dezembro de 2014.

17 Receitas

a. Receita líquida de vendas

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita

líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receita bruta	212.031.908	221.004.174
Deduções da receita bruta		
Devolução vendas	-	(25.081)
ICMS sobre vendas	(23.958.789)	(23.921.624)
ICMS - ST	(2.927.534)	(2.946.942)
PIS sobre vendas	(3.450.220)	(3.597.531)
COFINS sobre vendas	<u>(15.891.934)</u>	<u>(16.570.445)</u>
Receita Líquida	<u>165.803.431</u>	<u>173.942.551</u>

b. Receitas e custos de construção

	<u>31/03/15</u>	<u>31/03/14</u>
Receita de construção	8.738.669	5.764.376
Custos Construção	<u>(8.738.669)</u>	<u>(5.764.376)</u>
Receita Operacional Líquida de Construção	<u>-</u>	<u>-</u>

18 Custo dos produtos vendidos

	<u>31/03/15</u>	<u>31/03/14</u>
Custo Gas natural	154.339.837	136.922.467
Custo pessoal	859.595	754.291
Materiais	177.412	379.046
Serviços terceiros	1.821.861	1.683.542
Alugueis	1.123.319	1.120.821
Gerais	16.053	22.055
Amortização	<u>6.044.828</u>	<u>6.285.258</u>
	<u>164.382.905</u>	<u>147.167.480</u>

19 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesco, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda..

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes à Petrobras.

Composição dos saldos	31/03/15	31/12/14
Ativo circulante		
Contas a receber BR Distribuidora	1.352.009	1.344.772
Ativo não circulante		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras - SOP	42.933.078	38.575.569
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobrás	126.520.796	117.605.095

Composição dos saldos	31/03/15	31/03/14
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	7.855.395	9.834.585
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	190.542.350	183.452.830

b. Remuneração - Conselho de administração, fiscal e diretores.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/03/15	31/03/14
Conselho de administração	33.331	31.576
Conselho fiscal	19.999	18.945
Diretores	199.131	195.890
	<u>252.461</u>	<u>246.411</u>

20 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais. O não repasse dos aumentos do custo de aquisição do gás natural para a tarifa de venda tem reduzido a liquidez da empresa. Para se proteger a SCGÁS está avaliando alternativas junto às instituições financeiras e já possui contrato de crédito rotativo junto à Caixa Econômica Federal, na modalidade Cheque Especial Caixa - Setor Público, no montante de R\$ 20 milhões.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até março de 2015 este risco está reconhecido no resultado na composição do custo do gás no montante de R\$ 23 milhões. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor quando da revisão tarifária, o que, conforme já mencionado, não está sendo observado pela Agência Reguladora. Se tal situação permanecer, a Companhia deverá estudar a possibilidade de acionar instrumentos de cobertura do risco cambial. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

(iii) Risco Regulatório

A Companhia continua atravessando momento de instabilidade regulatória, embora a administração não tenha medido esforços no sentido de, junto a Agência Reguladora do Estado de Santa Catarina - AGESC, dar transparência ao cumprimento do Contrato de Concessão. A Companhia espera a conclusão por parte da AGESC do Processo Administrativo 026/09-3 que trata sobre o assunto.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2015 houve um aumento significativo no custo de aquisição do GN, principalente pela variação cambial, apesar da queda do preço do Petróleo no mercado internacional. Mesmo não havendo um pedido formal de reajuste, a SCGAS trabalhou no sentido de realizar diversas reuniões com representantes do mercado, FIESC, AGESC e acionistas no sentido de aprofundamento da metodologia tarifária e criar condições para repasses automáticos dos custos não gerenciáveis para a tarifa.

Este cenário pode expor a SCGAS a uma situação de forte contingenciamento de custeio e de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/03/2015	31/12/2014
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e Equivalente de Caixa	15.738.689	37.717.171
Contas Receber Clientes	112.162.519	98.707.794
Passivos		
Fornecedores	135.425.059	129.446.842

Análise de sensibilidade

A companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros, ou outros indexadores.

Abaixo estão demonstrados os montantes que estão sujeitos a tais riscos:

Descrição	Montante Exposto	Indicador	
Aplicações financeiras	17.041	CDI	11,72%
Adiantamento a fornecedores	42.933.079	m3	0,13090

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme descrito na nota nº 4. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores da citada exposição são apresentados a seguir:

Taxas	Cenário Provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI - 11,72%	1.997	2.497	2.996
Valor do m ³ GN - 0,13090	-	7.024.925	8.429.910

21 Eventos subsequentes

Em 29 de abril de 2015 ocorreu a Assembleia Geral Ordinária que deliberou pela aprovação das Demonstrações Financeiras e alterou a proposta de destinação dos lucros, previamente aprovado em Diretoria Executiva e Conselho de Administração, aprovando, por falta de consenso, a destinação de todo o resultado relativo ao exercício social de 2014, que deverá ser pago até dezembro de 2015.